

Crónicas do castelo de São Jorge

Texto Gonçalo Pereira **Fotografias** António Luís Campos **Infografia** Anyforms

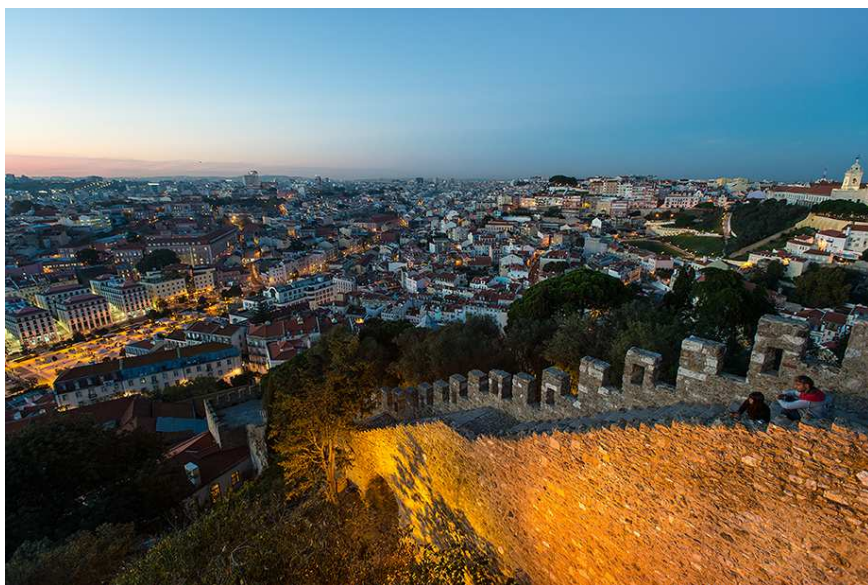


Numa parede do castelo, ficou escondida a memória de uma notícia funesta pelo traço de um escrivão. Por defeito ou feitio, a maior parte dos arqueólogos costuma caminhar com os olhos postos no chão, como se procurasse ininterruptamente vestígios sugestivos de outras ocupações do território. Num dia do Verão passado, sucedeu o inverso a Carlos Fabião. Durante uma visita de lazer ao Castelo de São Jorge, o arqueólogo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa detectou a partir do solo a sugestão de uma inscrição na parede da Torre do Paço, a cerca de quatro metros de altura.

Ninguém parecia ter reparado num texto gravado numa parede do monumento mais visitado do país, embora outro edifício tenha estado ali adossado durante alguns séculos, tapando a inscrição.

De um certo ângulo e com uma certa exposição luminosa, procurou tirar a questão a limpo, não fosse a luz solar pregar-lhe uma ilusão óptica. Fabião conhecia bem este espaço. Cresceu na mesma freguesia onde o castelo está implantado e passou parte da infância a explorar os cantos e recantos do monumento, fugindo dos legionários que então zelavam pelo castelo e que impediam a visita de crianças não acompanhadas. “Cheguei a sair daqui literalmente transportado pela orelha”, brinca. Mesmo assim, não assimilou de imediato a

importância do achado. “Imaginei que, se fosse uma inscrição, já teria sido detectada, estudada e eventualmente publicada em artigo que eu não conhecesse”, conta. No entanto, quanto mais pesquisava, mais perplexo ficava: ninguém parecia ter reparado num texto gravado numa parede do monumento mais visitado do país, embora outro edifício tenha estado ali adossado durante alguns séculos, tapando a inscrição.



Alertada a unidade de Património Cultural do Castelo, coordenada por Susana Serra, a novidade foi acolhida com entusiasmo. “Não é todos os dias que se descobre uma novidade num monumento com ocupação continuada desde a Idade do Ferro”, diz a historiadora. Em breve, um andaime foi montado e encostado à parede, permitindo aos investigadores encostarem literalmente os olhos ao texto. E as surpresas não cessaram: a inscrição ocupava um espaço considerável de cerca de quatro metros de largura. Incluía símbolos e caracteres, bem como a sugestão de três brasões. Agregava símbolos fálicos e possíveis sinais de tabelião em forma de estrela. E texto, claro. Cuidadosamente gravadas a estilete numa camada de reboco, as linhas de texto apresentavam-se como uma mensagem da Idade Média. Faltava, porém, quem a conseguisse ler e interpretar. Afinal, o que nos diziam os ocupantes do castelo do século XIV?

“Tenham respeito pelos escrivães”, brinca o meu interlocutor enquanto subimos o andaime num dia gloriosamente límpido de Novembro. “Eles pertenciam à elite da sociedade lisboeta dos séculos XII a XV.” Bernardo Sá Nogueira, o autor destas palavras, é um especialista em paleografia portuguesa e história administrativa medieval em Portugal. Quando fala, imprime tanta vivacidade gestual e linguística ao que transmite que, por momentos, somos levados a pensar que a vida de um tabelião ou escrivão do século XIV era de facto repleta de aventuras.



Bernardo Sá Nogueira foi o especialista contactado pelo Castelo de São Jorge para tentar ler as inscrições. Habitado a decodificar manuscritos medievais, escreveu uma dissertação de mestrado sobre um tabelião que trabalhara em Lisboa entre 1302 e 1332 e uma tese de doutoramento sobre as origens do tabelionato no país. Era claramente o homem certo na altura certa.

Não acontece muitas vezes na vida de um historiador, mas desta vez sucedeu: “Assimilei a informação: tínhamos acabado de ler na parede do Castelo de São Jorge a notícia de um terramoto.”

Com a presteza de um especialista em criptografia, procurou isolar letras que se destacassem na inscrição principal. Identificou os signos correspondentes ao ano “noventa e quatro” logo na primeira linha, uma pista importante para definir o intervalo provável de tempo para a produção da inscrição. “Portugal foi o último reino ibérico que abandonou o sistema de contagem dos anos conhecido como ‘era hispânica’ e só o fez em 1422”, explica. Durante muitos anos aceite como contagem a partir da conquista romana da Península Ibérica, sabe-se hoje que data da Alta Idade Média.

Logo a seguir, os olhos de Bernardo Sá Nogueira identificaram outro conjunto significativo de símbolos, redigidos no cursivo típico da Idade Média portuguesa. Palavra a palavra, mesmo com abreviaturas, o especialista identificou a referência ao dia de São Bartolomeu e a expressão “tremeu a terra”. “Abandonei o local com essa informação a bailar na minha mente e, durante o trajecto de carro para casa, recebi um telefonema entusiasmado de João Almeida [arqueólogo responsável do Serviço Educativo do Castelo de São Jorge].” Lera na Internet que um dos grandes sismos da história lisboeta ocorrera no dia 24 de Agosto de 1356. Precisamente no dia de São Bartolomeu. Não acontece muitas vezes na

vida de um historiador, mas desta vez sucedeu: “Assimilei a informação: tínhamos acabado de ler na parede do Castelo de São Jorge a notícia de um terramoto.”



Há cerca de uma década, a historiadora Marisa Costa e o investigador João Fonseca, do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção, apresentaram num congresso de sismologia o resultado de uma análise intensiva às fontes documentais sobre eventos sísmicos no período medieval. A sua pesquisa ganha agora particular actualidade. O evento de 1356 figura, naturalmente, entre os documentos produzidos no século XIV, dando conta de estragos relevantes em Lisboa, Alcobaça, Setúbal, Silves e no resto do Algarve. Sentido numa quarta-feira antes do pôr do Sol, o sismo é referido por exemplo no *Livro da Noa*, que pertenceu à biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, num trecho dramático: “(...) tremeu a terra e per tal guissa que as ca[m]paas se tangiam nos campanarios de seu e muytas casas e torres e castelos que cayron e se abrirom que ficarom pera cai[r]. Per todalas partes do mundo foy este tremor. E omees que stavam en fortes casas fugiam delas com medo que avian e Esto foy ante que se posesse o Sol durou per spa[ç]o du[m]a quarta d’ora do dia.”

Lemos a passagem do livro medieval e imaginamos o pandemónio na cidade, então concentrada nos bairros históricos em torno do castelo. Um acto lavrado anos depois, em 30 de Maio de 1361, na chancelaria de Dom Pedro I (1357-1367), o rei que sucedeu a Dom Afonso IV, lembra também que os quatro fornos da cidade de Lisboa que coziam pão foram destruídos. Mesmo em Sevilha, as grandes maçãs de bronze do campanário da catedral caíram e partiram-se, o que sugere a escala ibérica do fenómeno e a impressão assustadora que o mesmo gerou nas populações.



©CJS/CulturProject/António Gonçalves, 2010

“O grande desafio da equipa que gere o castelo é contrariar a acusação permanente de que não há autenticidade neste monumento”

A capela real que Dom Afonso IV (1325-1357) mandara construir para ali ser sepultado com Dona Beatriz foi rasgada pela violência dos abalos e esse mau augúrio é particularmente sugestivo. O rei estava em fim de trajecto. Depois do sismo, sobreviveu pouco mais de nove meses e foi sepultado na Sé de Lisboa. Bernardo Sá Nogueira entende que esse aspecto não foi suficientemente valorizado pelos historiadores: quase todos os antecessores reais desde Dom Afonso II foram sepultados em mosteiros da Ordem de Cister: Dom Afonso II e Dom Afonso III descansaram em Alcobaça; Dom Sancho II morreu no exílio, sem possibilidade de escolher o local, jazendo na Sé de Toledo. Dom Dinis criou um panteão para si, mandando construir o Mosteiro de Odivelas. E Dom Pedro I, filho de Dom Afonso IV, escolheu também o Mosteiro de Alcobaça. “Só Afonso IV fugiu a esta regra. Terá o sismo influenciado a vontade régia, ao destruir a capela previamente erigida a mando do rei para sua sepultura?”, pergunta Bernardo Sá Nogueira.

“O grande desafio da equipa que gere o castelo é contrariar a acusação permanente de que não há autenticidade neste monumento”, comenta Teresa Oliveira, responsável pela gestão do monumento desde 2004. “Em 2015, ultrapassámos pela primeira vez a barreira do milhão e meio de visitantes num só ano. Tivemos dias com oito mil visitantes e isso significa que o turista encontra inspiração e prazer no castelo. Ao mesmo tempo, também temos noção de que parte da comunidade académica interpreta este espaço em função da intervenção programática e impositiva da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) na década de 1940. E este castelo, como quase todos os outros, é entendido como um monumento muito ‘mexido’ e com pouco interesse.”



Entre 1938 e 1940, a DGEMN promoveu no Castelo de São Jorge uma intervenção radical de consolidação e interpretação. Augusto Vieira da Silva, um engenheiro militar que dedicou a maior fatia da sua vida profissional ao castelo, resumiu mais tarde o programa de reconstrução em que estivera envolvido, definindo-o como um esforço de restituição “à cidade, consertado e alegre, [d]o seu mais antigo e venerando monumento, evocador de eras passadas e factos ocorridos em Lisboa”. Dentro desse espírito, a DGEMN procedeu a terraplenagens, baixou drasticamente cotas de terreno e destruiu áreas construídas posteriormente à implantação do castelo, perseguindo um ideário nacionalista e romantizado.



DGEMN/DGPC



Para piorar o cenário, a pressão para incluir o castelo no programa das comemorações do oitavo centenário da fundação da nacionalidade acelerou intervenções que deveriam ter sido cuidadosas. “Não há dúvida de que se perdeu um volume gigantesco de informação”, admite Susana Serra, que hoje conhece o castelo palmo a palmo, após onze anos de trabalho no terreno. “Em muitos monumentos, a etapa fundamental para conservação do património é o entendimento das fases de construção. Aqui, infelizmente, é a percepção do que foi destruído. Mas isso não significa que todo o castelo seja produto do século XX.”

“A ciência faz-se assim”, resume Susana Serra. “Com novos dados e hipóteses. Mas, para isso, é preciso estudar este monumento.”

Para Carlos Fabião, para lá do mito sobre o “fabrico” do monumento, existiu outro factor dissuasor: há uma obra fundamental de análise do castelo redigida por Vieira da Silva em 1898 e republicada em 1937, antes portanto dos trabalhos de fundo e nunca continuada. “A segunda edição é praticamente a mesma do século XIX. Isso sugere que ninguém olhou para este monumento durante o século XX, como se o estudo tivesse terminado”, resume. “Hoje percebemos o valor histórico de testemunhos como este, até pela sua raridade: em Portugal, só se conhecem inscrições desta natureza no castelo de Arraiolos e mesmo essa descoberta data de 2010.”

No Verão de 2015, Carmen Barceló, catedrática da Universidade de Barcelona, deu um contributo inesperado para o conhecimento do castelo. Uma lápide funerária romana, encontrada em 1939 nas ruínas do castelo árabe e exposta então na Sala Ogival do Castelo e depois no Museu da Cidade de Lisboa, foi agora interpretada. Por baixo do epitáfio romano já lido por epigrafistas portugueses, a investigadora espanhola detectou e leu uma mensagem em árabe sobre o início da alcáçova de Lisboa em época de Hisam II, o último grande califa de Córdoba e o líder que ordenara o saque de Santiago de Compostela. Barceló remeteu a data de produção da epígrafe para 985 d.C. Por outras palavras, a inscrição sugere uma importante etapa de construção de época islâmica no castelo anterior em quase um século ao que as escavações de há duas décadas na mesma área tinham proposto. “A ciência faz-se assim”, resume Susana Serra. “Com novos dados e hipóteses. Mas, para isso, é preciso estudar este monumento.”

A ocupação e extensão do Paço Real, o castelejo, a Torre do Tombo original onde operavam guardas-mores como Damião de Góis e a torre onde hoje funciona a popular Câmara Escura, que está quase assente em caboucos, constituem focos de pesquisa possível. “As áreas arqueológicas em cotas inferiores ao nível islâmico não foram mexidas pela DGEMN e são igualmente sugestivas”, acrescenta Susana Serra. E há ainda a biblioteca de pedra, o inventário que a equipa de Património Cultural do Castelo tem em curso, com apoio da geóloga Madalena Rodrigues, da conservadora-restauradora Mafalda Alegre e da documentalista Daniela Sebastião, procurando mapear as patologias e os materiais utilizados nas sucessivas fases de construção do monumento. O Laboratório HERCULES, em Évora, ajudou a caracterizar a argamassa, a cal e as areias usadas no reboco das inscrições. “A partir de agora, sempre que encontrarmos materiais semelhantes, podemos deduzir com mais segurança que foram aplicados em época semelhante à da Torre do

Paço”, explica Madalena Rodrigues. O que nos leva de novo às inscrições e àquilo que elas revelam sobre a sociedade do século XIV.



Lápide muçulmana, colecção Museu da cidade

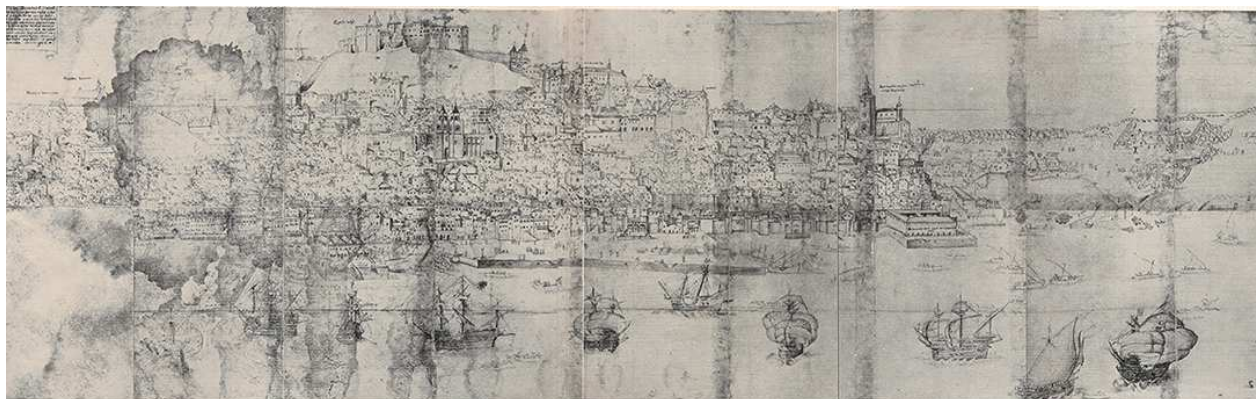


Ilustração de Lisboa, Biblioteca da Universidade de Leiden, autor desconhecido



O passo seguinte deste projecto é de natureza tecnológica. Hugo Pires e Luís Bravo, da empresa Superfície, foram convidados a testar no Castelo de São Jorge o seu processo de digitalização tridimensional e imagens de síntese aplicadas a arte rupestre, a epigrafia e agora a suporte paleográfico, um registo diferente, pois a flexibilidade da superfície não garante tanta durabilidade. “O método torna mais seguro o trabalho de interpretação dos especialistas, não é intrusivo e permite analisar o suporte longe do sítio arqueológico”, resume Hugo Pires. É precisamente isso que fazemos hoje em frente de um computador.

Manejando uma caneta digital por cima das imagens de síntese geradas pela equipa da Superfície, Bernardo Sá Nogueira decalca cada signo. Não é propriamente um estilete, mas o especialista em história medieval assegura que não é muito diferente da escrita com a pena. Enquanto decalca com a paciência de Job, emendando e repetindo gestos precipitados, explica as conclusões da sua interpretação. “O autor destas linhas tinha de ser um escrivão habituado a escrever sobre tabuinhas de cera e com muito treino manuscrito”, diz. “Nota-se nas abreviaturas usadas, na fluidez das palavras, nas fórmulas escritas muito próximas das que se usam nos documentos e até na guarda dentro da qual o autor assina e encerra o trabalho.”

Os notários (então chamados tabeliães) eram a fina-flor dos escrivães. Estavam juridicamente capacitados para redigir documentos e eram eles que escrituravam as actas dos processos judiciais. “Pense neles como os guardiões da memória escrita numa época em que não havia impressão e os livros eram escassos e escritos à mão”, explica Sá Nogueira. “Eram uma mini Torre do Tombo, uma classe poderosa.” Talvez um dia se descubra, no espólio de documentos medievais, um manuscrito redigido pelo mesmo homem que gravou a estilete a mensagem no castelo, fechando assim o círculo improvável da história.

Em que momento terá sido produzida a inscrição e com que objectivos? Carlos Fabião hesita quando aborda a questão da motivação. “Talvez nunca se saiba.” “Por que motivo alguém escreve uma memória futura na parede? Para lembrar um evento definidor? Para honrar um rei?” Ou para assinalar a conclusão do restauro de uma torre eventualmente sacudida por abalos sísmicos ou por conflito militar? São mistérios insondáveis.

A data de produção, porém, não é tão fugaz. Baseando-se no tipo de letra, Sá Nogueira acredita que ela poderá ter sido produzida no reinado fernandino (1367-1383). Depois do sismo de 1356, Dom Afonso IV já só reinou mais alguns meses. Seguiu-se-lhe Dom Pedro, que tomou em mãos a vingança da morte de Dona Inês de Castro e perseguiu os responsáveis. “Segundo a lenda, ao subir ao trono, Dom Pedro coroou o cadáver da rainha e obrigou a corte a beijar-lhe a mão. Foi um gesto que agitou a imaginação dos portugueses. O seu reinado constituiu um corte radical com a tradição do pai. Não o imagino a patrocinar uma inscrição que honrasse um momento no reinado afonsino.”



"São os reis umas paredes brancas em que cada um se atreve a escrever o que quer." Em poucos locais do país, esta frase faria mais sentido do que na Torre do Paço do Castelo de São Jorge.

Resta portanto Dom Fernando I. “A caligrafia é compatível”, defende. “E há o pormenor económico: o restauro do castelo danificado representava um enorme esforço financeiro para a Coroa e justifica-se melhor face a um perigo.” Implicaria certamente uma razão forte: “Não a vejo no reinado de Dom Pedro e vejo-a por três vezes no de Dom Fernando com as três guerras com Castela”, diz.

Há mais símbolos na cartela da Torre do Paço e os trabalhos prosseguem. O Instituto Português de Heráldica já visitou o espaço, através do seu presidente Miguel Seixas, e estuda agora os brasões parciais ali gravados. Talvez outras palavras inscritas ajudem a compreender melhor o sentido e intenção dos homens que, no século XIV, subiram a alguns metros de altura, aproveitaram o reboco fresco e ali deixaram a memória de um evento que certamente marcara a sua vida.

Ao descer do andaime em mais uma visita ao local, Bernardo Sá Nogueira não resiste a lembrar de memória uma passagem escrita por Frei Luís de Sousa nos *Anais de El Rei Dom João III*, curiosamente também um texto que esteve escondido durante dois séculos até Alexandre Herculano o reabilitar: "São os reis umas paredes brancas em que cada um se atreve a escrever o que quer." Em poucos locais do país, esta frase faria mais sentido do que na Torre do Paço do Castelo de São Jorge.

Veja o vídeo com a nossa apresentação do Castelo.